



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11^a andar

ATA N° 5190100/2019**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Evento:	4 ^a Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (iNovaJusp)	
Data:	09/10/2019	
Horário:	14h00	
Local:	Auditório do Juizado Especial Federal de São Paulo	
Componentes da Mesa	Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni	Juíza Federal Diretora do Foro
	Décio Gabriel Gimenez	Juiz Federal Vice-Diretor do Foro do interior
Processo:	0024432-53.2019.4.03.8001	

ASSUNTOS DEBATIDOS

ABERTURA	<p>Dra. Luciana deu início à audiência destacando a alegria de estar nesse espaço novamente, dialogando e tratando sobre nosso orçamento. Agradeceu a presença de todos e explicou que faria uma breve explanação sobre a situação orçamentária, notabilizando os limites orçamentários impostos pela EC 95/2016. Explicou que, por conta desta emenda, estamos vinculados desde 2016 ao limite orçamentário daquele ano corrigido pelo IPCA. Que de 2016 a 2019 conseguimos sobreviver de forma mais tranquila por conta do aporte de crédito especial, o que nos permitiu inclusive fazer alguns investimentos, mas que em 2020 a situação será dramática pois voltaremos aos limites impostos no ano de 2016.</p> <p>Apresentou dados sobre nossas despesas de 2015 a 2019, bem como um projeto para 2020. Ponderou que desde 2016 estamos fazendo uma gestão da crise orçamentária com a realização de diversos cortes. Lembrou ainda que na gestão passada foi possível fazer a compra de um prédio em Barueri, que a troca de prédio das Turmas Recursais gerou uma economia na base de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) e que vêm sendo empreendidos esforços para a diminuição do aluguel de prédios locados por esta Justiça. Que no final do ano passado houve a compra de prédio próprio para a subseção de Mauá e que neste ano, se tudo correr bem, conseguiremos comprar um prédio na subseção de Santo André. Outras medidas destacadas: unificação de prédios em Campinas, projeto de instalação de uma usina de energia elétrica fotovoltaica em Barueri, projetos de suficiência energética, troca de lâmpadas para LED nos prédios da Justiça, substituição de galões por filtros de água, etc.</p>
-----------------	--

Assegurou que o programa de estágio e a segurança serão os últimos a serem atingidos, caso necessário. Quanto ao estágio, a Seção Judiciária de São Paulo já possui o pior cenário do Brasil no que toca ao número de processos por servidor, de forma a que o estagiário constitui-se como uma fonte de trabalho importante para nós. Já quanto à segurança entende que hoje está adequada, porém no limite. Houve uma redução no número de vigilantes, mas, em contrapartida foi realizado todo um serviço de inteligência feito pelo nosso Núcleo de Segurança. Que hoje temos um serviço de monitoramento à distância que nos permite racionalizar nossos gastos com segurança e força de trabalho imprimindo entretanto uma segurança maior do que a que tínhamos antes.

Acentuou a importância do Orçamento-Programa Participativo, realizado desde 2016, para que pudéssemos enfrentar de uma forma mais planejada este momento. Primeiro porque temos todas as demandas das subseções mapeadas e identificadas, inclusive no que toca às prioridades, e, com isso conseguimos fazer compras mais racionais e econômicas. Que no plano de contratações são colocadas todas as demandas que a Administração decidiu por contratar vinculando-se tudo à proposta orçamentária.

Alertou que a partir da EC n.º 95/2016, todos os gastos inscritos em "restos a pagar" passaram a onerar o limite orçamentário do ano seguinte, levando a uma importante e necessária mudança de cultura da contratação, bem como um aprimoramento desse processo para reverter esse cenário e evitar ao máximo a inscrição em "restos a pagar". Que os gestores agora empreendem todos os esforços possíveis para que a contratação e o pagamento sejam feitos no mesmo ano.

Dra. Luciana passou para o Dr. Décio que reforçou suas palavras acerca das restrições orçamentárias sofridas nos últimos anos, bem como da necessidade de buscarmos soluções no enfrentamento dessa crise. Continuou ressaltando dois projetos que objetivam trazer eficiência e racionalidade para a área-fim. O primeiro é o projeto "TRF 3 - 100% PJe".

Discorreu acerca da implantação do PJe a partir de 2015 na 3ª Região. Que foi uma implantação paulatina e cuidadosa, mas que a partir de 2018 foi feita um ação intensa em parceria com o Conselho Nacional de Justiça para virtualização dos processos físicos. O resultado naquele mesmo ano foi exitoso e já repetido em 2019. A nossa perspectiva é entrar em 2020 com um nível de virtualização extremamente elevado podendo, a partir daí, serem tomadas outras iniciativas.

Explicou que a própria virtualização do acervo já traz uma economia em si. Tanto em termos de espaço físico quanto em termos de movimentação de processos entre subseções e também de materiais e equipamentos que são necessários. Mas além disso a virtualização vai nos permitir uma nova forma de promover a gestão dos nossos cartórios. Que vamos iniciar um projeto-piloto de gestão compartilhada com a racionalização de nossos recursos humanos e materiais na gestão de processos dentro do PJe. Nosso objetivo é assegurar estrutura adequada para a área fim e viabilizar uma estrutura de apoio para todas as atividades que são repetitivas e padronizadas num ambiente de colaboração. Esse projeto foi aprovado na ultima sessão do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região e está aguardando apenas a expedição do normativo regulamentador. Teremos então a partir de 2020 uma perspectiva de racionalização dessas estruturas também na área fim. Então são duas iniciativas que se acoplam às demais que a administração tem feito e planeja fazer para um enfrentamento da nossa situação orçamentária.

DEBATES

Após a abertura, foi dada a palavra aos participantes que se inscreveram

para manifestação, começando pelo Dr. Antônio Carlos de Almeida Amêndola, Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo - AASP.

Dr. Antônio Carlos agradeceu a introdução, cumprimentou a todos e parabenizou pela continuidade do trabalho. Testemunhou que a AASP tem participado ativamente dessa gestão transparente e comunicativa e ressaltou a importância desse exercício. Ponderou que a realidade orçamentária e econômica do país naturalmente tem sido enfrentada também pela iniciativa privada. Pontuou que os cortes que vem sendo implementados - em benefício inclusive da própria sociedade - devem ser feitos com parcimônia tendo em vista que não se pode deixar de atender o último cliente de toda essa atividade que são as partes, a população em geral. Dito isso, lembrou que os custos crescem de forma periódica e devem ser cortados também de forma periódica. Não obstante, não podemos esquecer dos investimentos que para 2020 infelizmente terão o percentual diminuto. Crê entretanto que será dada continuidade à redução de custos nas próximas gestões de forma a que os investimentos voltem a ser feitos. Que isso passa pela questão da escolha do investimento certo. Lembrou que o advogado faz parte dessa atividade jurisdicional e deve ser convocado a colaborar sempre que necessário. Por último, asseverou que é fundamental a continuidade do programa de estágio. Finalizou agradecendo mais uma vez o convite e afirmado que a Associação continuará participando nos próximos anos.

Dra. Luciana salientou que Dr. Carlos tocou numa questão fundamental. Que desde 2016 iniciamos um trabalho de gestão e inovação e que todo o nosso trabalho é revisto dentro do Laboratório de Inovação onde nós partimos todo nosso pensar com foco no usuário. Adotamos as técnicas mais modernas de inovação dentro desse movimento mundial de *legal design* para tornar o sistema jurídico mais humano. Que é apaixonante trabalhar dessa forma pois sentimos que nosso serviço se aprimora em favor daquele que vem buscá-lo. Lembrou que o projeto recém aprovado pelo CJF3 foi todo gestado e incubado dentro do laboratório partindo sempre da perspectiva de quem usa o serviço, não só jurisdicionados, mas também advogados, procuradores, etc. Que o nosso objetivo é ter transparência e proximidade com quem procura os nossos serviços. Acrescentou que estamos abertos a rever nossos procedimentos e nossos fluxos sempre que necessário. Quanto a questão do estágio endossou que é importantíssimo para todos nós a sua manutenção.

Passou a palavra ao Dr. Renato Jimenez Marianno, Procurador da Fazenda Nacional na 3ª Região. Este assegurou que no transcurso do último ano houve um avanço na digitalização e uma melhora no PJe e que isso está permitindo que a Procuradoria se reinvente. Seu único pleito é que seja mantido o "carinho" pela digitalização e pelo PJe. Que da parte de seu órgão foi destacado um colega de São Paulo para cuidar da junção do sistema oficial da Procuradoria com o PJe e isto trará muitos ganhos para todos. Falando em sustentabilidade energética deixou um convite para que todos fossem conhecer o prédio da Receita Federal em Taubaté que tem seu telhado quase todo construído por células fotovoltaicas e hoje vendem energia elétrica para a concessionária.

Dr. Décio complementou dizendo que uma das diretrizes do projeto gestado no laboratório é o foco no usuário. Reconheceu que temos algumas dificuldades especialmente no que toca a celeridade. Que o PJe produziu um ambiente favorável, abriu um campo de possibilidades mas ao mesmo tempo está criando outros óbices, pois hoje tudo está concluso ao mesmo tempo. E que isso exige do gestor e servidores um nível de vinculação, comprometimento e até de desgaste. Por isso trabalhamos hoje com uma proposta que pretende ser ao mesmo tempo inovadora, com foco

no usuário, com grau de eficiência, com grau de racionalização, mas ao mesmo tempo humanizada para extraímos o melhor do potencial de cada um dos servidores. Ressaltou que tiveram um diálogo muito intenso com a Advocacia Geral da União no desenho daquilo que iríamos digitalizar no âmbito do Estado. Em relação a Procuradoria da Fazenda Nacional esse diálogo foi tão intenso que foi apresentado inclusive aquilo que era mais prioritário para digitalização dentro do acervo da PFN, levando em consideração suas próprias estratégias de cobrança nas execuções fiscais. Concluiu explicando que nós focamos a digitalização naquilo que realmente vai ter prioridade do exequente. Que vamos conseguir inserir no PJe aquilo que é mais relevante e isso só é possível devido ao diálogo. Temos a expectativa que esse projeto piloto dê certo, produza bons resultados e se transforme num modelo para ser reproduzido em todo o Estado. Por fim ressaltou que gostaria muito de ter uma parceria, um envolvimento tanto da advocacia pública quanto privada de forma a nos ajudar num desenho institucional que atenda da melhor forma possível os nossos usuários.

Em seguida manifestou-se o Dr. Luiz Carlos de Freitas, chefe da Procuradoria Regional da União na 3^a Região, que começou elogiando a iniciativa do programa de digitalização pois este oportunizou à sua instituição um ganho imenso de gestão. No âmbito da AGU e das procuradorias, além do apoio e trabalho estratégico da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na indicação dos processos prioritários, a Procuradoria Regional da União conseguiu impulsionar o seu programa de regionalização de atividades judiciais, administrativas e jurídicas. Que a PRU3 tomou uma decisão de gestão de regionalizar todas as atividades. Então estão em fase de criação de equipes regionais por tema. Entretanto a distribuição eletrônica de processos é feita por meio do sistema da AGU - *sapiens* - e que os processos físicos não funcionam na regionalização. Para contornar esse obstáculo esses processos ainda físicos estão sendo digitalizados e inseridos no *sapiens* por meio de solicitação à vara competente para que seja aberta a oportunidade de convertê-lo em processo eletrônico. Que esse sistema está funcionando bem. Então onde a Justiça Federal não chegou na digitalização, a PRU está digitalizando de forma modesta, afirma Dr. Luiz Carlos. Registrhou ainda que a especialização na atuação judicial é fundamental para terem ganhos em escala, diante da escassez de recursos humanos, e que esse trabalho de gestão só foi possível devido a iniciativa da Justiça Federal em impulsionar o processo eletrônico por meio da digitalização. Teceu elogios ao PJe e sugeriu que fossem dedicados recursos para a parte de suporte eletrônico ao Processo Eletrônico para diminuir as inconsistências e intercorrências do sistema, apesar de estas serem algo natural para quem trabalha com processo eletrônico. Lembrou da importância dos prazos serem sempre suspensos nos momentos dessas intercorrências pois este é um ponto de muito estresse para os advogados especialmente aqueles que trabalham com grandes volumes. A segunda sugestão é a unificação dos sistemas do PJe com o sistema eletrônico do Juizado Especial Federal. Que o fato de existirem dois sistemas diferentes é um complicador de gestão para eles. A próxima sugestão disse respeito ao investimento em audiências por videoconferência, pois otimiza a atividade do juiz, da vara, dos advogados e das procuradorias. Que já há um convênio do Tribunal com a Procuradoria Regional para se realizar essas audiências por videoconferência e que algumas já foram realizadas na região de Ribeirão Preto entretanto não foi pra adiante pois existe um problema de banda em algumas regiões de São Paulo. Em seguida levantou algumas questões apontadas por colegas procuradores com relação à estrutura do Tribunal: modernização dos elevadores para que se tornem mais rápidos, disponibilização de bancos de espera nos andares e melhora do sinal de *internet* do prédio. Encerrou dando

os parabéns novamente pela iniciativa democrática de realização desta audiência pública.

Dra. Luciana informou que no Tribunal o PJe está no grau mais elevado de investimento e dedicação e que tem certeza que não só essa gestão como a seguinte continuarão dando a atenção necessária para diminuir essas inconsistências. Explicou que esse sistema é recente, já o SisJef (sistema eletrônico do Juizado Especial Federal) é desenvolvido desde 2002. Que ao longo dos anos o próprio SisJef foi sendo aprimorado. Portanto é preciso ter um pouco de paciência pois há uma dedicação total do Tribunal no sentido de investir no aprimoramento do PJe. Sendo um sistema nacional, sob os auspícios do Conselho Nacional de Justiça que faz a coordenação de sua evolução, são muitos os tribunais que contribuem para sua melhora e portanto ele promete ter um impulso em pouco tempo. Que já está no radar a unificação desses sistemas mas não é possível antecipar datas. Iremos aprofundar essa consulta junto ao Tribunal e passar um cronograma mais específico.

Ressaltou que nas Turmas Recursais temos diversos advogados e procuradores que já fazem audiência por videoconferência pois na capital é algo mais tranquilo. Confirmou que temos um problema de banda em algumas subseções do interior, mas que assinou a contratação e ampliação de uma nova banda sendo uma questão de tempo para que haja uma melhora.

Ponderou que a partir da utilização do processo judicial eletrônico podemos trabalhar de qualquer lugar não existindo mais distância e que o atendimento à advocacia pública e privada também poderia sofrer uma evolução de forma a otimizar o trabalho de todos. Sugeriu a utilização da videoconferência como forma de estimular o contato dos gabinetes com os órgãos. Que isso poderia ter início por meio de um atuação conjunta entre a Diretoria do Foro e Procuradoria levando ao conhecimento dos juízes essa nova forma de contato virtual, bem como da confiabilidade de sua utilização.

Levará a demanda dos bancos para o Tribunal e acredita que será avaliado e atendido com facilidade. Afirmou que os elevadores do Tribunal já estão sendo trocados e que a questão da dificuldade de acesso à *internet* também será colocada.

Dr. Décio enfatizou que mesmo dentro da 3ª Região, o PJe não é uma unanimidade e é sempre comparado com outros sistemas, dentre eles o SisJef. Lembrou entretanto que aquele é um sistema do Conselho Nacional de Justiça que unifica todo o Poder Judiciário. São dezenas de Tribunais utilizando-o de forma que o seu desenvolvimento tem sido feito de uma forma bastante moderna - em rede - e por isso tende a ter um desenvolvimento bastante acelerado. Certificou que o nosso Tribunal está muito envolvido alocando uma quantidade considerável de recursos humanos e materiais no intuito de seu aprimoramento e que a unificação dos sistemas está dentro do planejamento, mas depende também de algum desenvolvimento para que o PJe alcance um nível de aceitação que se aproxime do SisJef. Lembrou ainda que as varas que possuem o Juizado Especial acoplado, os chamados JEVA's, trabalham ao mesmo tempo com os três sistemas: PJe, processos físicos e SisJef. Que sabemos que o PJE tem limitações mas também tem ferramentas praticamente prontas para serem apresentadas que também vão melhorá-lo bastante. Exemplificou com o novo módulo de expedição de ofícios requisitórios que atualmente não é automatizado. Sustentou que outro avanço que está em gestação é a consulta no PJe por meio dos *smartphones*.

ENCAMINHAMENTOS	<p>Demandas oriundas da Procuradoria Regional da União da 3ª Região:</p> <p>1 - Encaminhamento do pedido de informações da AGU ao Tribunal acerca da previsão de unificação dos sistemas PJe e SisJef (encaminhar ofício os TRF3);</p> <p>2 - Encaminhamento do pedido de disponibilização de bancos de espera nos andares do prédio do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (encaminhar ofício ao TRF3);</p> <p>3 - Encaminhamento do pedido de melhora do sinal de internet no prédio do TRF3 (encaminhar ofício ao TRF3).</p> <p>Demandas da PRU3 já atendidas ou em andamento:</p> <p>1 - Destinação de recursos para a parte de suporte eletrônico ao Processo Eletrônico para diminuir as inconsistências e intercorrências do sistema;</p> <p>2 - Investimentos em audiências por videoconferência com a melhoria da banda larga no interior;</p> <p>3 - Modernização/substituição dos elevadores do Tribunal para se tornarem mais rápidos.</p>
ENCERRAMENTO	<p>Dra. Luciana encerrou dizendo que essa é uma gestão comunicativa, colaborativa e que comprehende que essa comunicação é fundamental pois os problemas são mais facilmente resolvidos por meio do diálogo. Agradeceu a presença de todos salientando que está sempre de portas abertas para conversarmos. Lembrou que estamos com um <i>déficit</i> de 350 (trezentos e cinquenta) servidores no Estado que não será reposto, portanto temos que trabalhar diferente, entretanto temos que ser humanos e felizes no nosso trabalho, e para isso temos que ser eficientes. Afirmou que a audiência pública é algo muito importante e sinalizou que espera que esse trabalho continue na próxima gestão.</p>



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 19/10/2019, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5190100** e o código CRC **0A711705**.